

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo 1. Evolução Histórica .....	1
1.1. Considerações sobre a inexistência de <i>vacatio legis</i> .....	10
1.2. A repressão de atos abusivos de autoridade no direito comparado.....	10
Capítulo 2. Conceito .....	13
Capítulo 3. Natureza Jurídica.....	15
Capítulo 4. Condições da Ação.....	17
4.1. Legitimidade das partes .....	20
4.1.1. Legitimidade ativa no Mandado de Segurança .....	20
4.1.2. Legitimidade passiva no Mandado de Segurança .....	24
4.1.3. Ministério Público .....	29
4.1.4. Litisconsórcio .....	30
4.1.5. Intervenção de terceiros.....	33
4.1.6. <i>Amicus curiae</i> .....	35
4.1.7. Terceiro prejudicado e substituição processual .....	35
4.2. Possibilidade jurídica do pedido .....	36
4.3. Interesse de agir .....	37
4.3.1. Atos administrativos .....	39
4.3.2. Atos judiciais .....	40
4.3.3. Atos legislativos e lei em tese.....	42
4.3.4. Proposta de emenda constitucional .....	44
4.3.5. Lei inconstitucional .....	45
4.4. Direito líquido e certo e ilegalidade ou abuso de poder.....	46
4.4.1. Ato disciplinar .....	48
4.4.2. Ato de dirigente de estabelecimento particular .....	49
4.4.3. O mandado de segurança e os atos de gestão na nova Lei n. 12.016/2009.....	50
4.4.4. O cabimento do Mandado de Segurança contra omissão nos casos em que se admite interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo .....	52
Capítulo 5. Competência.....	53
5.1. Generalidades.....	53
5.2. Definição da competência no Mandado de Segurança .....	54
5.3. Competência originária.....	54
5.4. Competência recursal e recurso ordinário.....	57
Capítulo 6. Aspectos Procedimentais.....	59
6.1. Fase postulatória.....	59
6.2. Requisitos da petição inicial .....	61
6.3. Desistência do Mandado de Segurança.....	63

6.4. Prazo para o ajuizamento da ação mandamental .....	64
6.4.1. Prazo para o Mandado de Segurança contra omissão na nova Lei n. 12.016/2009..	66
6.4.2. Ausência de prazo para a impetração no caso de pura e simples omissão .....	67
6.4.3. Prazo razoável para a prática do ato .....	67
6.4.4. Omissão na prática de atos com prazo previsto em lei .....	67
6.4.5. Prazo nos casos de silêncio qualificado .....	68
6.5. Provas admitidas .....	68
6.6. Meios eletrônicos .....	69
6.7. Citação das partes .....	69
6.8. Antecipação da segurança .....	70
6.9. Caução .....	74
6.10. Perda da eficácia da liminar .....	76
6.11. Recorribilidade da decisão sobre a liminar .....	79
6.12. Suspensão da liminar ou da segurança .....	80
6.13. Resposta do réu .....	84
6.14. Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica de direito público .....	86
Capítulo 7. Sentença e Acórdão no Mandado de Segurança .....	87
7.1. Natureza da sentença .....	90
7.2. Limites dos efeitos da sentença .....	91
7.3. Responsabilidade pelo descumprimento de sentença concessiva do Mandado de Segurança .....	93
7.4. Coisa julgada .....	95
7.4.1. Generalidades .....	95
7.4.2. Coisa julgada no Mandado de Segurança .....	98
Capítulo 8. Execução .....	101
8.1. Generalidades .....	101
8.2. Execução no Mandado de Segurança .....	102
8.2.1. Execução e pedido declaratório ou constitutivo .....	107
8.2.2. Execução para entrega da coisa .....	108
8.2.3. Execução de obrigações de fazer e não fazer .....	109
Capítulo 9. Recursos .....	111
9.1. Generalidades .....	111
9.2. Recursos no Mandado de Segurança .....	114
9.2.1. O Mandado de Segurança e a ordem dos processos nos tribunais .....	114
9.2.1.1. Apelação .....	115
9.2.2. Duplo grau obrigatório de jurisdição .....	117
9.2.3. Recurso ordinário constitucional .....	117
9.2.4. Recurso especial e recurso extraordinário .....	119
9.2.5. Embargos infringentes .....	124
9.2.6. Embargos de divergência .....	125
9.2.7. Agravo .....	126
Capítulo 10. Honorários advocatícios – descabimento .....	129
Capítulo 11. Mandado de Segurança Coletivo .....	131
11.1. Generalidades .....	131
11.2. Condições da ação .....	135
11.2.1. <i>Legitimatío ad causam</i> .....	138

11.2.2. Legitimidade ativa no <i>mandamus</i> coletivo.....	138
11.2.3. A legitimidade dos partidos políticos .....	140
11.2.4. A legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações...	141
11.2.5. A Legitimidade do Ministério Público .....	143
11.2.6. Legitimidade passiva no <i>mandamus</i> coletivo.....	144
11.3. Interesse de agir .....	144
11.4. Competência.....	144
11.5. Aspectos procedimentais.....	144
11.6. Desistência do pedido .....	146
11.7. Sentença e coisa julgada .....	147
11.8. Litispendência entre ação coletiva e ação individual.....	150
Anexo I – Lei n. 12.016, de 07 de agosto de 2009 .....	156
Anexo II – Quadro Comparativo .....	159
Jurisprudência do Mandado de Segurança – STJ .....	173
Jurisprudência do Mandado de Segurança – STF.....	367
Índice Alfabético e Remissivo .....	463
Índice da Jurisprudência .....	465